

—☆ continuação

PARÁ EMPREENDIMENTOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 08.108.954/0001-24

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento:**a) Composição dos saldos:****31.12.2018 31.12.2017**

Participação em Companhia controlada

- Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. 70.018 48.598

b) Movimentação do investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, como segue:**31.12.2018 31.12.2017**

Saldo em 1º de janeiro 48.598 11.650

Equivalência patrimonial 21.483 37.049

Plano de opção de ações - (12)

Passivo atuarial (63) (89)

Saldo em 31 de dezembro 70.018 48.598

c) Informação da controlada - posição em 31 de dezembro de 2018:**Convicon - Contêineres****de Vila do Conde S.A.**

Capital social 90.069

Quantidade de ações possuídas:

Ordinárias 45.034.292

Preferenciais 45.034.292

Resultado do exercício 21.483

Patrimônio líquido 70.018

Participação no capital social - % 100

Participação no patrimônio líquido 70.018

Ativo circulante 39.694

Ativo não circulante 77.735

117.429

Passivo circulante 14.442

Passivo não circulante 32.969

Total do passivo 47.411

Receita líquida 97.470

Resultado do exercício 21.483

6. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais:

A Companhia não é parte em ações judiciais e processos administrativos. Portanto, nenhuma provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi constituída.

7. Patrimônio Líquido:**Ações ordinárias****a) Capital social****31.12.2018 31.12.2017**

Existentes no início do exercício 84.234.349 84.134.349

Emissão média de ações 115.000 100.000

Emitidas / autorizadas sem valor nominal 84.349.349 84.234.349

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social integralizado da Companhia era de R\$84.349 (R\$84.234 em 31 de dezembro de 2017), representado por 84.349.349 (84.234.349 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **b) Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2018, o montante de reserva de capital era de R\$6.516, sendo representado, no montante de R\$6.433 pelo aumento de capital de 30 de abril de 2010, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária; e R\$83 referente ao plano de opção de compra de

ações da controlada Convicon. **c) Ajuste de avaliação patrimonial:** Assistência médica complementar: Representado pelo registro contábil, em sua controlada Convicon, do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 9), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. **8. Resultado por Ação:** Lucro básico por ação: O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e na respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

31.12.2018 31.12.2017**Ordinárias Ordinárias**

Lucro do exercício 21.407 36.950

Quantidades média de ações 84.285.048 84.201.571

Resultado por ação básico 0,25398 0,43883

9. Passivos Atuariais - Assistência Médica Complementar:

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados, determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais foram efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S na sua controlada Convicon. Em 31 de dezembro de 2018, com base nos relatórios do atuário independente elaborados, da sua controlada Convicon, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia registrou no patrimônio líquido o montante de R\$63 (R\$89 em 31 de dezembro de 2017).

10. Despesas Gerais e Administrativas:

A Companhia tinha registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$78 como despesas gerais e administrativas (R\$101 em 31 de dezembro de 2017), oriundas, principalmente, de publicações societárias e contribuição sindical.

11. Prejuízos Fiscais:

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa para compensação de imposto de renda e contribuição social com resultados positivos futuros, no montante de R\$737, já considerando os resultados até 31 de dezembro de 2018. A Administração registrará os créditos tributários aplicáveis, quando e somente quando da geração de resultados tributários futuros.

12. Instrumentos Financeiros:

A Administração é de opinião de que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado na data de encerramento de cada exercício social.

Classificação dos instrumentos financeiros 31.12.2018 31.12.2017**Ativo:**

Custo amortizado:

Caixa e equivalentes de caixa 93 24

Os detalhes das principais práticas contábeis e dos métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritos na nota explicativa nº 3.

Diretoria**Antonio Carlos Duarte Sepúlveda**

Diretor-Presidente

Daniel Pedreira Dorea

Diretor Econômico-Financeiro

Marcos de Magalhães Tourinho

Diretor Comercial

Marlos da Silva Tavares

Diretor de Operações

Contador**Thiago Otero Vasques**

CRC nº 1 SP 238735/O-0-S-PA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações ContábeisAos Acionistas e Diretores da **Pará Empreendimentos Financeiros S.A.**

- Barcarena - PA - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

continua—☆